



Polícia Federal *Administrativo*

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

Decreto nº 1.171/1994.....	1
Lei nº 8.112/1990.....	9
Lei nº 8.429/1992	74
Lei nº 12.813/2013	118
Questões	125
Gabarito.....	130

DIREITO CONSTITUCIONAL

Constituição da república federativa do brasil de 1988.....	1
Questões	103
Gabarito.....	108

DIREITO ADMINISTRATIVO

Lei nº 12.527/2011.....	1
Lei nº 13.709/2018	20
Decreto nº 9.830/2019.....	55
Lei nº 9.784/1999	65
Questões	82
Gabarito.....	88

LEGISLAÇÃO APLICADA À POLÍCIA FEDERAL

Lei nº 7.102/1983	1
Lei nº 10.357/2001	10
Lei nº 6.815/1980	16
Lei nº 10.826/2003	22
Lei nº 12.830/2013	38
Questões	41
Gabarito.....	45

SUMÁRIO

COMO ESTUDAR LEI SECA PARA CONCURSOS

Seja muito bem-vindo à sua nova ferramenta de estudos para concursos públicos! Esta apostila foi cuidadosamente elaborada para ser mais do que um simples compilado de leis e conteúdos teóricos. Nosso objetivo é oferecer um material completo, organizado e focado naquilo que realmente importa para sua aprovação, com estratégias de estudo eficientes e dicas que vão além da leitura tradicional.

Aqui, você encontrará não apenas a legislação seca, mas também orientações práticas para potencializar sua preparação, técnicas para fixação do conteúdo e métodos que ajudarão a transformar a leitura em um processo ativo e produtivo. O objetivo é simples: fazer você entender, memorizar e aplicar o conhecimento de forma estratégica, aumentando sua segurança e desempenho nas provas.

O estudo da lei seca é um dos pilares fundamentais para o sucesso em concursos, especialmente aqueles que exigem um conhecimento jurídico sólido. Com este material, você aprenderá como estudar de forma inteligente, eficiente e com foco em resultados, otimizando o seu tempo de preparação e ampliando suas chances de aprovação.

Apostilas bem organizadas, como esta, podem ser o diferencial entre uma preparação mediana e uma preparação de alto desempenho. Afinal, o conhecimento da lei é a base para responder a maioria das questões, seja em provas objetivas, discursivas ou mesmo na fase oral de concursos mais avançados.

Como Estudar Leis Secas

O estudo da legislação seca pode parecer desafiador, mas com a abordagem correta, torna-se um processo mais simples e eficaz. A seguir, explicamos por que a legislação seca é tão importante para concursos públicos, como interpretá-la de forma eficiente e quais técnicas de memorização podem facilitar sua jornada de estudos.

A Importância do Estudo da Legislação Seca:

A legislação seca refere-se ao texto puro da lei, sem comentários, doutrina ou jurisprudência. Em concursos públicos, especialmente na área jurídica, o domínio da lei seca é indispensável. Muitos candidatos cometem o erro de focar apenas em resumos ou em interpretações, esquecendo que grande parte das questões cobra o texto literal da lei.

Por que a legislação seca é tão importante?

Cobrança direta em provas:

Bancas examinadoras, como CESPE (CEBRASPE), FGV e FCC, costumam cobrar o texto literal da lei, seja em questões objetivas ou dissertativas. Muitas vezes, uma simples palavra pode alterar o sentido da questão e determinar a resposta correta. O candidato que conhece o texto legal com precisão tem uma vantagem significativa.

Por exemplo, em provas do CEBRASPE, o estilo de cobrança costuma ser do tipo “certo” ou “errado”, o que exige atenção redobrada a detalhes do texto legal. Um simples “não” ou “exceto” pode inverter completamente o sentido da questão. Já em provas da FGV, é comum que o enunciado traga um caso prático que exige a aplicação literal da lei para encontrar a resposta correta.

Segurança na hora da prova:

O conhecimento profundo da legislação aumenta sua confiança durante a prova. Quando você reconhece o texto da lei e sabe exatamente onde encontrar a resposta, reduz o risco de cometer erros por interpretações equivocadas. Isso proporciona maior tranquilidade e agilidade na resolução das questões.

Além disso, em provas discursivas e orais, citar corretamente dispositivos legais transmite segurança e demonstra domínio do conteúdo. Em concursos de carreiras jurídicas, como magistratura e ministério público, essa habilidade é essencial.

Base para o raciocínio jurídico:

A lei é o alicerce do direito. Mesmo quando as questões exigem interpretação, essa interpretação deve partir do texto legal. Além disso, conhecer a estrutura da norma ajuda a entender a lógica do ordenamento jurídico, facilitando a resolução de casos práticos.

O raciocínio jurídico sólido começa com o entendimento da lei. Sem essa base, é difícil desenvolver argumentos consistentes em provas discursivas ou mesmo em atividades profissionais após a aprovação.

Aplicação em diferentes tipos de provas:

O domínio da lei seca é fundamental não só para provas objetivas, mas também para discursivas e orais. Em questões dissertativas, por exemplo, o uso correto de expressões jurídicas e a citação precisa de dispositivos legais demonstram domínio do conteúdo e impressionam positivamente a banca examinadora.

Em concursos da área policial, por exemplo, o conhecimento da lei seca é fundamental para resolver questões sobre procedimentos operacionais e interpretação de normas criminais. Já em concursos de tribunais, a legislação processual é frequentemente cobrada de forma literal, exigindo atenção especial.

► Como Ler e Interpretar a Lei Seca de Forma Eficiente

Ler a legislação seca de forma passiva, sem estratégias específicas, não é suficiente para garantir um bom desempenho. É preciso transformar a leitura em um processo ativo, focando na compreensão da estrutura da norma, na identificação de termos-chave e na aplicação prática do conteúdo.

► Estratégias de Leitura Eficiente

Leitura ativa:

- Não leia o texto da lei como se estivesse passando os olhos em um livro qualquer.
- Pergunte-se o tempo todo: **“O que este artigo quer dizer?”** ou **“Qual a exceção dessa regra?”**
- Tente prever o que virá nos próximos artigos, criando uma conexão entre os dispositivos legais.

Ler de forma ativa significa envolver-se com o texto. Substitua a leitura passiva por questionamentos constantes. Por exemplo, ao ler um artigo do Código Penal, pergunte-se: “Como isso se aplicaria em um caso real?”, “Existe alguma exceção para essa regra?”, ou “Qual seria a consequência jurídica dessa norma?”.

Entenda a estrutura da norma:

As leis costumam seguir uma estrutura lógica, com títulos, capítulos, seções e artigos. Compreender essa organização facilita a memorização e a localização de informações importantes.

Exemplo:

- **Constituição Federal:** Títulos → Capítulos → Seções → Artigos → Incisos → Alíneas.
- **Código Penal:** Parte Geral (regras aplicáveis a todos os crimes) e Parte Especial (crimes específicos).
- **Código de Processo Civil:** Livros → Títulos → Capítulos → Seções → Artigos → Parágrafos.

Compreender a hierarquia das normas e a organização dos dispositivos legais ajuda a construir um raciocínio lógico. Em provas, isso permite que você “reconstrua” mentalmente o texto da lei, mesmo que não o tenha decorado palavra por palavra.

Identificação de termos-chave:

Algumas palavras podem mudar completamente o sentido de um dispositivo legal. Fique atento a termos como:

- sempre, nunca, exclusivamente, obrigatoriamente, somente, facultativamente, exceção, salvo, apenas, desde que.

O segredo está em perceber o impacto desses termos. Por exemplo, “exclusivamente” significa que não há outra possibilidade além daquela prevista. Já “facultativamente” indica uma escolha. Essas pequenas palavras podem ser decisivas em uma questão de prova.

Marcação inteligente:

Marcar o texto não significa grifar tudo. O objetivo é destacar o essencial para facilitar revisões rápidas.

Sugestão de códigos de cores:

- **Amarelo:** artigos principais.
- **Verde:** exceções e casos especiais.
- **Azul:** termos que indicam obrigações ou proibições.
- **Rosa:** prazos e datas importantes.

O uso de marcações visuais ajuda a fixar o conteúdo e torna as revisões mais eficientes. Porém, cuidado para não exagerar: se tudo estiver grifado, nada estará realmente em destaque.

Releituras periódicas:

O aprendizado ocorre por repetição. Estabeleça um cronograma para revisar os textos legais com frequência, reforçando a memória de longo prazo.

Uma boa estratégia é adotar ciclos de revisão: por exemplo, revisar o conteúdo após 1 dia, depois 3 dias, 7 dias, 15 dias, e assim por diante. Esse método é baseado no princípio da repetição espaçada, que maximiza a retenção do conhecimento.

Leitura comparada:

Em matérias que envolvem mais de uma legislação, como Direito Constitucional e Direito Administrativo, é útil comparar dispositivos legais para entender suas diferenças e semelhanças. Isso ajuda a evitar confusões na hora da prova.

Por exemplo, ao estudar poderes administrativos, compare as definições de poder de polícia na Constituição, na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB) e em legislações específicas. Isso reforça o entendimento e evita erros em questões que cobram diferenças sutis entre normas.

► Dicas para a Memorização da Lei Seca

A memorização da legislação seca pode ser um dos maiores desafios para quem estuda para concursos. No entanto, existem técnicas que tornam esse processo mais eficiente e menos cansativo.

► Técnicas de Memorização Eficientes

Repetição espaçada:

- Revisar o conteúdo em intervalos regulares (ex: 1 dia após o estudo inicial, depois 3 dias, 7 dias, 15 dias, etc.).
- Essa técnica é baseada no princípio da curva do esquecimento, que mostra como o cérebro retém melhor as informações com revisões periódicas.

O segredo da repetição espaçada está em revisar o conteúdo antes que ele seja completamente esquecido. Isso cria “ganchos” de memória que facilitam a recuperação da informação na hora da prova.

Leitura em voz alta:

- Ler o texto legal em voz alta ativa a memória auditiva e ajuda na fixação do conteúdo.
- Se possível, grave sua leitura e escute em momentos ociosos, como no trânsito ou durante atividades físicas.

A leitura em voz alta é especialmente útil para quem tem facilidade de aprendizado auditivo. Além disso, ouvir sua própria voz repetindo o conteúdo cria uma sensação de familiaridade com o texto legal.

Resumos manuais:

- Escrever à mão ativa diferentes áreas do cérebro e melhora a retenção.
- Faça resumos objetivos, esquemas e mapas mentais para revisar rapidamente antes das provas.

O ato de escrever ajuda a consolidar o conhecimento. Além disso, criar seus próprios resumos permite que você organize o conteúdo de acordo com sua lógica de entendimento, facilitando futuras revisões.

Associação com exemplos práticos:

- Relacione artigos da lei com situações do dia a dia ou com casos reais.
- Isso facilita a compreensão e torna o estudo mais interessante.

Por exemplo, ao estudar o artigo 121 do Código Penal (homicídio), pense em casos famosos ou em situações hipotéticas que ajudem a fixar o conceito. Essa técnica torna o aprendizado mais dinâmico e memorável.

Leitura segmentada:

- Divida o estudo por blocos temáticos ou por artigos mais cobrados em concursos.
- Concentre-se primeiro nos tópicos mais importantes e amplie o escopo gradualmente.

Estudar de forma segmentada permite focar em áreas específicas, otimizando o tempo e a energia mental. Essa abordagem é especialmente útil para revisar rapidamente antes das provas.

Mapas mentais e flashcards:

- Crie mapas mentais para visualizar as conexões entre diferentes normas.
- Use flashcards para revisar conceitos e artigos de forma rápida e dinâmica.

Os mapas mentais ajudam a organizar o conhecimento de forma visual, enquanto os flashcards são ideais para revisões rápidas e dinâmicas, especialmente em momentos ociosos.

Na tabela a seguir, estão contidas todas as técnicas e aplicações de forma resumida:

Técnica	Como Aplicar	Vantagem
Repetição espaçada	Revisar o mesmo conteúdo em intervalos regulares	Melhora a retenção de longo prazo
Leitura em voz alta	Ler o texto legal em voz alta diariamente	Estimula a memória auditiva
Resumos manuais	Fazer anotações e resumos à mão	Favorece a fixação do conteúdo
Associação com exemplos	Relacionar artigos da lei com casos concretos	Facilita a memorização contextualizada
Leitura segmentada	Focar nos artigos mais cobrados primeiro	Otimiza o tempo de estudo
Mapas mentais	Criar diagramas visuais para temas complexos	Ajuda na organização do raciocínio
Flashcards	Revisar conceitos com cartões de perguntas e respostas	Prática rápida e eficaz

▸ Erros Comuns ao Estudar Legislação Seca

Mesmo com boas intenções, alguns erros podem comprometer o desempenho do candidato. Identificar e corrigir esses erros é essencial para um estudo mais produtivo. Muitos candidatos que estudam por conta própria acabam caindo em armadilhas que poderiam ser evitadas com uma metodologia de estudo mais eficiente. Os principais erros são:

Leitura passiva:

Ler o texto da lei sem atenção ou sem tentar compreender seu significado prejudica a assimilação do conteúdo. É preciso refletir sobre o que está sendo lido e buscar entender o contexto da norma.

▪ **Estratégia para evitar:** Adote uma postura questionadora durante a leitura, fazendo perguntas como: “Qual a finalidade deste artigo?”, “Existem exceções a essa regra?”, “De que forma esse dispositivo poderia ser aplicado em uma situação real?”.

Esse tipo de abordagem ativa estimula o raciocínio crítico, facilita a compreensão do conteúdo e contribui para uma melhor fixação da matéria.

Dependência excessiva de resumos:

Confiar apenas em resumos e esquemas sem conhecer o texto da lei é um erro grave. Os resumos devem ser complementares, e não substitutos do estudo da legislação seca.

▪ **Por que é um problema:** Resumos muitas vezes simplificam demais o conteúdo, deixando de lado detalhes importantes, como exceções ou termos técnicos que costumam ser cobrados em provas.

Ignorar termos técnicos e detalhes importantes:

Palavras aparentemente simples podem ter grande impacto no entendimento da norma. Termos jurídicos específicos, como “condição resolutiva”, “ônus da prova” ou “prescrição intercorrente”, precisam ser compreendidos com precisão.

▪ **Dica:** Crie um glossário pessoal com termos técnicos que você encontra dificuldade em memorizar. Isso ajuda a revisar rapidamente antes das provas.

Falta de revisão sistemática:

O esquecimento é natural sem revisões periódicas. Estabeleça um cronograma de revisões para manter o conteúdo fresco na memória.

▪ **Como corrigir:** Utilize a técnica da repetição espaçada, revisando o mesmo conteúdo em intervalos regulares, para evitar o esquecimento progressivo.

Estudo desorganizado:

Estudar sem um plano definido leva à perda de tempo e dificulta a consolidação do conhecimento. Ter um cronograma de estudos bem estruturado é fundamental para o progresso contínuo.

▪ **O que fazer:** Crie um planejamento semanal ou mensal, distribuindo o estudo da lei seca de forma equilibrada com a resolução de questões e a revisão de conteúdos.

Subestimar a importância da lei seca:

Alguns candidatos acreditam que apenas estudar doutrina ou fazer questões é suficiente. No entanto, sem o conhecimento da legislação seca, é difícil interpretar corretamente as questões mais complexas.

- **Conselho:** Priorize o estudo da lei seca, especialmente em matérias que costumam cobrar o texto literal da norma, como Direito Constitucional, Penal e Administrativo.

Excesso de grifos sem critério:

Marcar o texto legal de forma desorganizada, com muitas cores ou grifos excessivos, dificulta a visualização do que é realmente importante.

- **Como resolver:** Use um sistema de cores simples e objetivo. Por exemplo, destaque artigos-chave em amarelo, exceções em vermelho e prazos em azul.

► Como Usar Esta Apostila para Otimizar o Estudo

Esta apostila foi desenvolvida para ser mais do que um material de leitura: ela é uma ferramenta de estudo estratégico. Para obter o máximo de rendimento, é importante que você saiba como integrá-la à sua rotina de estudos, combinando a leitura da legislação com a prática de questões e revisões frequentes.

Organização do Material:

- **Divisão por temas:** O material está estruturado de forma lógica, agrupando conteúdos por áreas do conhecimento (Direito Constitucional, Penal, Administrativo, etc.), o que facilita o aprendizado progressivo.

- **Destaques estratégicos:** Palavras-chave, artigos importantes, exceções e prazos estão destacados para facilitar a memorização e permitir revisões rápidas.

- **Exemplos práticos:** Sempre que possível, há associações com casos concretos, ajudando a compreender melhor a aplicação da norma.

- **Quadros comparativos e tabelas:** Para facilitar a visualização de conteúdos complexos e destacar diferenças importantes entre normas semelhantes.

► Como Integrar a Apostila à Sua Rotina de Estudos

Leitura inicial:

Comece lendo o texto da lei com atenção, utilizando marcações para destacar termos importantes, como prazos, exceções e obrigações.

Anotações e resumos:

Faça anotações à margem da apostila para registrar insights, dúvidas ou associações com casos práticos. Em seguida, elabore resumos curtos para revisar o conteúdo.

Resolução de questões:

Após estudar um tema, resolva questões de concursos anteriores sobre o assunto. Isso ajuda a identificar como o conteúdo é cobrado pelas bancas e a fixar o aprendizado.

Revisão periódica:

Estabeleça um cronograma de revisões para reforçar o conteúdo. O ideal é revisar o material em ciclos, aumentando o intervalo entre as revisões à medida que o conhecimento se consolida.

Simulados temáticos:

Periodicamente, realize simulados focados em um tema específico. Isso permite avaliar seu desempenho de forma mais realista e identificar pontos que precisam ser reforçados.

Sugestão de Plano de Estudo:

Dia da Semana	Atividade	Duração Recomendada
Segunda	Leitura da legislação seca (novo tema)	1h30
Terça	Revisão do conteúdo e questões	1h
Quarta	Estudo de artigos específicos	1h30
Quinta	Resolução de questões comentadas	1h
Sexta	Revisão geral da semana	1h
Sábado	Simulado temático e correção detalhada	2h
Domingo	Descanso ativo (revisão leve ou flashcards)	30 min (opcional)

Dicas Adicionais para Potencializar o Estudo:

- **Estudo ativo:** Faça anotações, crie mapas mentais e explique o conteúdo para outra pessoa. Isso ajuda a fixar o conhecimento de forma mais eficaz.
- **Técnica Feynman:** Após estudar um artigo da lei, tente explicá-lo com suas próprias palavras, como se estivesse ensinando alguém leigo. Se tiver dificuldade, revise o conteúdo até conseguir explicar de forma clara.
- **Misture disciplinas:** Alterne o estudo da lei seca com outras matérias para evitar a monotonia e estimular o cérebro de forma variada.
- **Monitoramento de progresso:** Anote o que você estudou, o número de questões resolvidas e seu desempenho. Isso ajuda a identificar pontos fortes e fracos, além de motivar ao ver sua evolução.

► Exemplos de Aplicação Prática da Lei Seca em Provas

Compreender o texto da lei é importante, mas saber aplicar o conhecimento na prática é o que diferencia candidatos medianos daqueles que se destacam. A seguir, apresentamos alguns exemplos de como a legislação seca costuma ser cobrada em provas de concursos públicos.

Exemplo 1: Direito Constitucional (CESPE/CEBRASPE)

Questão:

O direito à liberdade de expressão é absoluto, não admitindo restrições em nenhum caso, conforme previsto na Constituição Federal.

- () CERTO
() ERRADO

Comentário:

O candidato que conhece o texto literal do **art. 5º, IV e IX, da Constituição Federal** saberá que a liberdade de expressão é um direito fundamental, mas **não é absoluto**, pois encontra limites em outros direitos, como a honra, a imagem e a privacidade.

Alternativa correta: ERRADO

Exemplo 2: Direito Penal (FGV)

Questão:

Considera-se crime hediondo o tráfico ilícito de entorpecentes, nos termos da Lei nº 8.072/1990.

- CERTO
 ERRADO

Comentário:

O candidato que estudou o texto da **Lei nº 8.072/1990** sabe que o tráfico ilícito de entorpecentes foi incluído no rol dos crimes hediondos. Contudo, é importante observar as atualizações legislativas, já que alterações podem impactar o conteúdo da lei.

Alternativa correta: CERTO

Exemplo 3: Direito Administrativo (FCC)

Questão:

De acordo com a Lei nº 8.112/1990, a demissão do servidor público por abandono de cargo ocorrerá quando a ausência injustificada ultrapassar o prazo de 30 dias consecutivos.

- CERTO
 ERRADO

Comentário:

O **art. 132, II, da Lei nº 8.112/1990** estabelece que a demissão por abandono de cargo ocorre quando o servidor se ausenta do serviço por mais de 30 dias consecutivos sem justificativa. Portanto, o candidato que leu e memorizou o texto da lei poderá responder corretamente.

Alternativa correta: CERTO

Estudar a legislação seca pode parecer desafiador no início, mas com as técnicas certas e uma rotina bem estruturada, você verá progressos significativos. O segredo está em transformar a leitura em um hábito diário, utilizando estratégias que estimulem sua memória e compreensão.

Lembre-se de que **o sucesso em concursos públicos não depende apenas da quantidade de horas estudadas, mas da qualidade do estudo**. Ter disciplina, constância e um método eficiente é o que faz a diferença na preparação.

Esta apostila foi criada para ser sua aliada nesse processo. Use-a de forma estratégica, combinando leitura, prática e revisão contínua. Com dedicação e foco, você estará cada vez mais próximo da sua aprovação.

Bons estudos e rumo à vitória!



DECRETO Nº 1.171, DE 22 DE JUNHO DE 1994

Aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, incisos IV e VI, e ainda tendo em vista o disposto no art. 37 da Constituição, bem como nos arts. 116 e 117 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e nos arts. 10, 11 e 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, que com este baixa.

Art. 2º Os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta e indireta implementarão, em sessenta dias, as providências necessárias à plena vigência do Código de Ética, inclusive mediante a Constituição da respectiva Comissão de Ética, integrada por três servidores ou empregados titulares de cargo efetivo ou emprego permanente.

Parágrafo único. A constituição da Comissão de Ética será comunicada à Secretaria da Administração Federal da Presidência da República, com a indicação dos respectivos membros titulares e suplentes.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 22 de junho de 1994, 173º da Independência e 106º da República.

ANEXO

CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO SERVIDOR PÚBLICO CIVIL DO PODER EXECUTIVO FEDERAL

CAPÍTULO I

SEÇÃO I

DAS REGRAS DEONTOLÓGICAS

I - A dignidade, o decoro, o zelo, a eficácia e a consciência dos princípios morais são primados maiores que devem nortear o servidor público, seja no exercício do cargo ou função, ou fora dele, já que refletirá o exercício da vocação do próprio poder estatal. Seus atos, comportamentos e atitudes serão direcionados para a preservação da honra e da tradição dos serviços públicos.

II - O servidor público não poderá jamais desprezar o elemento ético de sua conduta. Assim, não terá que decidir somente entre o legal e o ilegal, o justo e o injusto, o conveniente e o inconveniente, o oportuno e o inoportuno, mas principalmente entre o honesto e o desonesto, consoante as regras contidas no art. 37, caput, e § 4º, da Constituição Federal.

III - A moralidade da Administração Pública não se limita à distinção entre o bem e o mal, devendo ser acrescida da idéia de que o fim é sempre o bem comum. O equilíbrio entre a legalidade e a finalidade, na conduta do servidor público, é que poderá consolidar a moralidade do ato administrativo.



Especial atenção aos temas: Princípios fundamentais; direitos e garantias fundamentais; organização político-administrativa; administração pública; poderes Executivo, Legislativo e Judiciário; e artigo 144 sobre Segurança Púb.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

TÍTULO I

DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

- I - a soberania;
- II - a cidadania
- III - a dignidade da pessoa humana;
- IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; (Vide Lei nº 13.874, de 2019)
- V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

- I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;
- II - garantir o desenvolvimento nacional;
- III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
- IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

- I - independência nacional;
- II - prevalência dos direitos humanos;
- III - autodeterminação dos povos;



LEI Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011

Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal.

Parágrafo único. Subordinam-se ao regime desta Lei:

I - os órgãos públicos integrantes da administração direta dos Poderes Executivo, Legislativo, incluindo as Cortes de Contas, e Judiciário e do Ministério Público;

II - as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Art. 2º Aplicam-se as disposições desta Lei, no que couber, às entidades privadas sem fins lucrativos que recebam, para realização de ações de interesse público, recursos públicos diretamente do orçamento ou mediante subvenções sociais, contrato de gestão, termo de parceria, convênios, acordo, ajustes ou outros instrumentos congêneres.

Parágrafo único. A publicidade a que estão submetidas as entidades citadas no caput refere-se à parcela dos recursos públicos recebidos e à sua destinação, sem prejuízo das prestações de contas a que estejam legalmente obrigadas.

Art. 3º Os procedimentos previstos nesta Lei destinam-se a assegurar o direito fundamental de acesso à informação e devem ser executados em conformidade com os princípios básicos da administração pública e com as seguintes diretrizes:

- I - observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção;
- II - divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações;
- III - utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação;
- IV - fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública;
- V - desenvolvimento do controle social da administração pública.

Art. 4º Para os efeitos desta Lei, considera-se:

I - informação: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato;

II - documento: unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato;

III - informação sigilosa: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado;



LEI Nº 7.102, DE 20 DE JUNHO DE 1983

Dispõe sobre segurança para estabelecimentos financeiros, estabelece normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte de valores, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º É vedado o funcionamento de qualquer estabelecimento financeiro onde haja guarda de valores ou movimentação de numerário, que não possua sistema de segurança com parecer favorável à sua aprovação, elaborado pelo Ministério da Justiça, na forma desta lei. (Redação dada pela Lei nº 9.017, de 1995) (Vide art. 16 da Lei nº 9.017, de 1995)

§ 1o Os estabelecimentos financeiros referidos neste artigo compreendem bancos oficiais ou privados, caixas econômicas, sociedades de crédito, associações de poupança, suas agências, postos de atendimento, subagências e seções, assim como as cooperativas singulares de crédito e suas respectivas dependências. (Renumerado do parágrafo único com nova redação pela Lei nº 11.718, de 2008)

§ 2o O Poder Executivo estabelecerá, considerando a reduzida circulação financeira, requisitos próprios de segurança para as cooperativas singulares de crédito e suas dependências que contemplem, entre outros, os seguintes procedimentos: (Incluído pela Lei nº 11.718, de 2008)

I – dispensa de sistema de segurança para o estabelecimento de cooperativa singular de crédito que se situe dentro de qualquer edificação que possua estrutura de segurança instalada em conformidade com o art. 2o desta Lei; (Incluído pela Lei nº 11.718, de 2008)

II – necessidade de elaboração e aprovação de apenas um único plano de segurança por cooperativa singular de crédito, desde que detalhadas todas as suas dependências; (Incluído pela Lei nº 11.718, de 2008)

III – dispensa de contratação de vigilantes, caso isso inviabilize economicamente a existência do estabelecimento. (Incluído pela Lei nº 11.718, de 2008)

§ 3o Os processos administrativos em curso no âmbito do Departamento de Polícia Federal observarão os requisitos próprios de segurança para as cooperativas singulares de crédito e suas dependências. (Incluído pela Lei nº 11.718, de 2008)

Art. 2º - O sistema de segurança referido no artigo anterior inclui pessoas adequadamente preparadas, assim chamadas vigilantes; alarme capaz de permitir, com segurança, comunicação entre o estabelecimento financeiro e outro da mesma instituição, empresa de vigilância ou órgão policial mais próximo; e, pelo menos, mais um dos seguintes dispositivos:

I - equipamentos elétricos, eletrônicos e de filmagens que possibilitem a identificação dos assaltantes;

II - artefatos que retardem a ação dos criminosos, permitindo sua perseguição, identificação ou captura; e

III - cabina blindada com permanência ininterrupta de vigilante durante o expediente para o público e enquanto houver movimentação de numerário no interior do estabelecimento.

Parágrafo único. (Revogado pela Lei 9.017, de 1995)